

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 23.04.2021

Local: Virtual.

Presenças: Juíza do Trabalho Gabriela Lenz de Lacerda, Coordenadora do Comitê;
Juíza do Trabalho Mariana Piccoli Lerina, integrante do Comitê;
Servidor Márcio Meireles Martins, integrante do Comitê, Coletivo Diversidade e Coletivo Masculinidades;
Servidor Juliano Machado dos Santos, Integrante do Comitê;
Servidora Roberta Liana Vieira, integrante do Comitê;
____ Servidora Thais Helena Kraemer Pereira, integrante do comitê;
____ Servidora Alessandra Pereira de Andrade - Núcleo de PCD's do SINTRAJUFE;
Servidor Jener Teixeira Jr. - Coletivo Diversidade e Coletivo Masculinidades;
Servidor Rodrigo Leandro de Almeida Santos - Coletivo Masculinidades;
Servidora Gladis Carita Marques - Coletivo das Mulheres, Negros e PCD's;
Servidora Milena Oliveira - Coletivo de Servidores Negros.

Convidados:

Horário: 15h – 16h30min

Secretário: Lucas Gabriel de Andrade Correa (AGE)

Pauta: 1 - Rodada de Apresentação
2 - Palavra Aberta

Aos vinte e três de abril do ano de 2021, às 15 horas, ocorreu a reunião virtual do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Juíza do Trabalho Gabriela Lenz de Lacerda, que deu início a reunião saudando a todos e prosseguiu a pauta conforme registro que segue: Inicialmente os participantes se apresentaram, identificando o(s) coletivo(s) aos quais representam. Juíza Gabriela explicou que o objetivo da reunião era alinhar os trabalhos do comitê através de comentários, sugestões, críticas e etc por parte dos coletivos. Ato contínuo, franqueou a palavra a quem tivesse interesse. Gladis salientou a importância da abertura dada aos coletivos através da presente reunião. Pontuou diversas ações que os coletivos podem desenvolver. Salientou a baixa adesão dos servidores aos coletivos e questionou quais ações poderiam ser executadas para aumentar a referida adesão. Alessandra observou que há uma dificuldade em identificar os

servidores que poderiam participar dos coletivos. Relatou que o Sintrajufe oficiou todos os órgãos que representa solicitando a relação de servidores, tendo sido respondido por apenas dois. Juíza Gabriela idealizou a criação de um espaço permanente de diversidade, para agregar um número maior de servidores, prevendo inclusive participação universal dos servidores, podendo ser um fórum ou até mesmo um Grupo de Estudos, em parceria com a EJUD4. Juliano sugeriu a criação de um fórum permanente de diversidade. Milena sugeriu que cada coletivo elaborasse programação própria, mas integrando este grande fórum. Juíza Gabriela sugeriu a realização de um evento no final do ano para análise, revisão e reflexão dos trabalhos realizados no ano pelos coletivos. Juliano observou a necessidade de ser algo integrador e não com programação dividida por grupos, possibilitando que todos os participantes possam ser contemplados com temas atinentes a todos os grupos. Roberta corroborou a ideia de incentivar atividades dos próprios coletivos, justificou afirmando que tal incentivo fortaleceria os próprios coletivos que por consequência fortaleceriam o próprio comitê. Referiu o baixo número de candidaturas ao comitê como justificativa ao fortalecimento dos coletivos. Jener apresentou um compilado de ideias a se apresentarem à SECOM: 1) Divulgação informativa dos coletivos. 2) Ideia apresentada por Rodrigo de divulgação semanal das atividades dos coletivos 3) Coletivos escreverem matérias. Roberta apresentou proposta, elaborada com Márcio e Jener no coletivo Diversidade sobre a realização de um evento reunindo todos os coletivos, com o objetivo de se conhecerem e estarem por dentro das respectivas pautas. Juíza Mariana sugeriu a elaboração de projeto que vise levar formação de Feminismo para mulheres, levando apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade. Gladis complementou dizendo que este projeto poderia ser útil não apenas para público externo, bem como, também para o público interno do Tribunal. Por fim, o comitê deliberou por oficializar o CNJ via Termo de Cooperação no sentido de sugerir resolução que determine a criação de Comitê de Equidade no âmbito de todos os tribunais do país, prevendo eleições de seus membros. Reunião encerrada às 16h40. Ata redigida pelo servidor Lucas Gabriel de Andrade Correa, da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada para validação eletrônica pelos presentes.